

**ESTUDO CRÍTICO SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS DA LINGUAGEM  
JORNALÍSTICA NA REPORTAGEM A BATALHA DE BELO MONTE,  
PUBLICADA PELO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**

*Carlos Borges Júnior*

*Doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC*

*Professor da Universidade do Estado do Tocantins – UNITINS*

**Resumo:** Este trabalho discute aspectos sociais da linguagem jornalística na reportagem *A batalha de Belo Monte*, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 16 de dezembro de 2013. A proposta é analisar o discurso produzido na reportagem, focalizando *relações de poder assimétricas* construídas pela linguagem e pelo texto jornalístico. O estudo é embasado em aportes teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2008) e Chouliaraki e Fairclough (1999), entre outros, que propõem um olhar crítico para as instituições e práticas sociais, alertando quanto à construção de discursos que reforçam desigualdades na vida social. Sendo o jornalismo (mídia) uma dessas instituições sociais, de caráter público, mas financiado com recursos/interesses privados, já que se constitui também como uma empresa jornalística, torna-se absolutamente relevante identificar qual o papel do jornalismo na construção de informações, quando linguagem e aspectos sociais são acionados para apresentar à sociedade os impactos (sociais e ambientais) da construção de barragens. Este estudo elege os dispositivos *relações de poder* e *discurso* como critérios temáticos para seleção de dados no texto da reportagem. A metodologia desta pesquisa se sustenta na combinação da Análise Textualmente Orientada vinculada à Análise Crítica do Discurso, de base faircloughiana.

**Palavras-chave:** Aspectos sociais. Linguagem jornalística e Barragens. Reportagem. Relações de Poder e discurso. *A batalha de Belo Monte*.

## **INTRODUÇÃO E BASE CONCEITUAL**

O aumento na mediação da experiência que a comunicação de massa proporcionou deu à mídia o poder de se constituir como o elemento central de organização do novo capitalismo<sup>1</sup>. Essa é uma característica importante das mudanças econômicas, sociais e culturais que tem ocorrido e que dá sentido a um novo período de concepções teóricas atualmente denominado “Modernidade Tardia<sup>2</sup>” ou “Alta Modernidade” (GIDDENS, 2002; CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999). Anthony Giddens se vale dos termos teóricos citados para se referir “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade” (2002, p. 221), caracterizados pela *separação de tempo e espaço*, pelos *mecanismos de desencaixe* e pela *reflexividade institucional*

---

<sup>1</sup> A leitura que se faz de novo capitalismo será associada às mudanças nos modos de produção, distribuição e consumo de bens.

<sup>2</sup> Para Chouliaraki e Fairclough (1999), a modernidade tardia é entendida como um período de transformações econômicas, culturais e sociais profundas em escala global. Está caracterizada pelas mudanças econômicas em que as unidades de produção estão cada vez mais transnacionais, as transformações culturais sendo referidas como pós-modernas, deslocáveis das determinações de espaço e tempo e, devido aos avanços na tecnologia da informação, que proporciona novas formas de experimentar possibilidades de relacionamento com as outras pessoas, entre outros aspectos.

(GIDDENS, 2002, p. 26). O dinamismo que esses traços provocam nos sentidos das experiências possibilita que as distâncias entre acontecimentos sejam minimizadas pela tecnologia, estreitando a relação tempo e espaço, favorecendo a ideia de co-participação e reconfigurando novos sentidos e concepções acerca das instituições sociais.

A concepção adotada para discussão do termo *novo capitalismo* está orientada a partir dos novos modos contemporâneos de produção, distribuição e consumo de bens. Na Modernidade Tardia, esse tripé não está mais atrelado a modelos fixos nos quais operários agem como “indivíduos que desempenham rotinas repetitivas em um processo de produção invariante” e mecânico (FAIRCLOUGH, 2008, p. 25). Pesquisas e discussões (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999; 2006, GIDDENS, 2002, entre outras) apontam que um capitalismo “flexível” global já é uma realidade. Assim, na modernidade tardia, não apenas indivíduos, mas grupos sociais “passam a desempenhar relações flexíveis com um processo acelerado de mudança” na esfera pública (FAIRCLOUGH, 2008, p. 25).

A produção de bens simbólicos de acumulação flexível compõe a base do novo capitalismo, tendo a mídia como seu maior propagador. Sendo entendida também como produtora de bens simbólicos, a mídia opera organizando e reorganizando modos de produção, distribuição e consumo de discursos em massa nas esferas sociais. Os *discursos* são os novos bens e mercadorias flexíveis ao consumo na modernidade tardia. “Eles existem como discursos, bem como processos que estão ocorrendo fora do discurso, e esses processos que estão ocorrendo fora dos discursos são moldados substancialmente por esses discursos<sup>3</sup>” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 4, Tradução nossa).

O discurso, então, assume o lugar central na modernidade tardia. Nesse sentido, propõe-se compreendê-lo como lugar de construção e sedimentação de processos e relações sociais por meio da linguagem. Harvey *apud* Chouliaraki e Fairclough, “propõe uma visão dialética do processo social em que o discurso é um “momento” entre seis: discurso/linguagem, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições / rituais; e crenças/valores/desejos”, que se constituem nas práticas sociais de uso da linguagem<sup>4</sup>” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 6). Em práticas sociais específicas, grupos hegemônicos utilizam os discursos para divulgar suas concepções ideológicas no sentido da manutenção do poder. Eles investem nos

---

<sup>3</sup> “No original: “[...] they exist as *discourses* as well as processes that are taking place outside discourse, and that the processes that are taking place outside discourse are substantively shaped by these discourses” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 4).

<sup>4</sup> No original: “Harvey (1996) proposes a dialectical view of the social process in which discourse is one ‘moment’ among six discourse/language, power, social relations, material practices, institutions/rituals; and beliefs/values/desires (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 6).

discursos, construindo relações que legitimam seus privilégios históricos, acentuam assimetrias, mantêm discursos dominantes etc. Por isso a necessidade de investigação científica de aspectos sociais de uso da linguagem que corroboram para a solidificação de práticas de dominação e poder na esfera pública.

Com a pesquisa, as relações de poder podem ser identificadas, analisadas, divulgadas e denunciadas socialmente, possibilitando que mais pessoas se apropriem de fundamentos para combater e descredenciar esses discursos, sobretudo, os que se produzem na mídia, pois aqueles que não detêm acesso aos meios de comunicação na posição de enunciadores do discurso, por exemplo, tendem não se ver representados por essas publicações. A construção de aportes teóricos de análise social corrobora para “o fato de que o exercício da linguagem ocorre no interior do embate de posições de classes e grupos sociais” (BONINI, 2013, p. 109), estando estes sempre em relação de força nos discursos. Segundo Fairclough, as relações desiguais na mídia já começam quando:

os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que tem o acesso privilegiado à mídia, que são tratados pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia [...] [ou quando] grupos poderosos são representados como se falassem na linguagem que os próprios leitores poderiam ter usado, o que torna muito mais fácil adotar os seus sentidos. Pode-se considerar que a mídia (...) efetiva seu trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta, [por isso, tal caráter às vezes não é identificado por algumas pessoas] (2008, p. 143, 44).

Então, para identificar os aspectos sociais da linguagem jornalística na reportagem *A batalha de Belo Monte*, publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 16 de dezembro de 2013, este trabalho propõe analisar o discurso produzido, focalizando *relações de poder assimétricas* construídas pelo texto jornalístico. O estudo propõe um olhar crítico para as instituições e práticas sociais da linguagem jornalística, alertando quanto à construção de discursos que reforçam desigualdades na vida social. Sendo o jornalismo (mídia) uma dessas instituições sociais, de caráter público, mas financiado com recursos/interesses privados, já que se constitui também como uma empresa jornalística, torna-se absolutamente relevante identificar qual o papel do jornalismo na construção de informações, quando linguagem e aspectos sociais são acionados para apresentar à sociedade os impactos (sociais e ambientais) da construção de barragens.

O pressuposto de que a análise das formas de dizer, do que se diz e da maneira que se diz é crucial para refletir sobre processos de inclusão e/ou exclusão de sujeitos e discursos nas esferas sociais, também é relevante para identificar os motivos pelos quais se atribui poder a uns e/ou marginaliza a voz de outros, favorecendo exclusões e/ou privilégios. A construção e a

organização dos discursos nas práticas sociais, via gênero (neste caso reportagem), reafirmam os modos de organização sociais, revelando quem é quem e que poderes possuem as pessoas do discurso; mostram também os *interesses* das instituições sociais e quem elas representam ou mascaram representar.

Para alcançar tais objetivos, este artigo foi organizado com uma introdução vinculada à base teórica; uma seção que expõe a discussão metodológica, incluindo procedimentos e método analíticos; um tópico que apresenta a sinopse da reportagem analisada; a parte em que se realiza a análise dos dados e, por fim, o desfecho no qual se faz as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa.

### **PERCURSOS METODOLÓGICOS**

A metodologia deste trabalho combina a Análise Textualmente Orientada vinculada à Análise Crítica do Discurso, isto é, a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Essa metodologia corrobora na análise linguística dos fenômenos sociais, relacionando os pensamentos sociais e políticos relevantes para o estudo das mudanças sociais. A ADTO possui base interpretativista e é fundamentada nos estudos de Fairclough (1999), com foco no que o autor destaca quando diz que a linguagem constrói relações de poder assimétricas via discurso. De acordo com Lucas Piter Alves Costa, Fairclough:

operacionaliza na ADTO três dimensões na abordagem do discurso: análise dos textos, análise das práticas discursivas e análise das práticas sociais. Essa operação concebe o discurso em um modelo tridimensional, sendo que a análise de um discurso dentro desse modelo se dá de maneira simultânea nas três dimensões, não havendo uma que deva ser obrigatoriamente priorizada em relação à outra. Também não significa que cada dimensão de análise tem seus limites bem definidos, como por exemplo, na análise textual e das práticas discursivas em relação à produção e recepção textuais (COSTA, 2012, p. 4).

As “metodologias de base interpretativista não obscurecem a participação do pesquisador na construção do campo de referência”, ao contrário, favorecem “o não deslocamento ou purificação do linguístico, quando na análise das práticas de linguagem” (SIGNORINI E CAVALCANTI, 1998, p. 93).

O trato com o texto e as competências exigidas para isso suscitam a questão do conhecimento do analista em Linguística. Mas embora uma competência prévia seja pré-requisito, não se pode exigir do analista somente uma grande experiência linguística, dado o caráter multidisciplinar da AD. (COSTA, 2012, p. 4).

A reportagem *especial* produzida pela *Folha de São Paulo* está organizada em cinco capítulos: *Obra, Ambiente, Sociedade, Povos Indígenas e História*. Para orientar a análise, serão

selecionados dois dispositivos: *discurso* e *relações de poder assimétricas* como critérios temáticos para seleção de dados no texto da reportagem. Em seguida, esses dados (corpus) serão confrontados e analisados teoricamente para construção do que Chouliaraki e Fairclough (1999) denominam como *prática teórica*. O *discurso* e as *relações de poder assimétricas* serão observados e identificados nos cinco capítulos que compõem a reportagem, mas em cada capítulo apenas uma subseção será analisada. No Capítulo 1, a primeira subseção; no Capítulo 2, a segunda; e assim sucessivamente, de modo que no Capítulo 5, por possuir apenas cinco seções, seja analisada a quinta subseção, justamente a que encerra a reportagem.

Maria Immacolata Vassalo de Lopes assegura que é possível “ao pesquisador justificar [o recorte de sua pesquisa e] a estratégia metodológica adotada a partir do que ela realmente é: uma opção específica para uma particular pesquisa em ato” (2010, p.14). Em vista disso, o aspecto social da linguagem jornalística que será analisado no primeiro capítulo consiste i) na construção do discurso de uma obra colossal que deve cumprir prazos para a geração de lucro, independentemente de entraves de naturezas políticas ou sociais. O segundo capítulo constrói o discurso ii) de que os interesses políticos e sociais se sobrepõem aos ambientais; iii) a ênfase a uma sociedade estratificada, vítima do interesse de grupos sociais hegemônicos e de relações de poder assimétricas é o discurso dessa subseção; iv) a imagem do índio como o retrato fatídico da aceitação, invertendo, às vezes, o discurso do oprimido e do opressor comporá a quarta relação identificada e o quinto ponto corrobora com o v) discurso que alia o direito de decisão a quem detém o poder sobre os bens de produção. Neste ponto do trabalho, antes de iniciar as atividades de análise, convém apresentar uma síntese de cada uma das partes da reportagem.

#### **A BATALHA DE BELO MONTE, SÍNTESE DE UMA GRANDE REPORTAGEM**

A primeira das cinco seções, intitulada ***Obra***, possui seis tópicos: *Um projeto de R\$ 30 bilhões*, *Problemas de comunicação*, *Piauí x EUA*, *Arroz de avião*, *Caminho das pedras* e *Contas duvidosas*. Ao que se denota, essa parte constrói a ideia faraônica de uma obra que deve obrigatoriamente cumprir prazos para gerar lucro, independentemente de entraves de naturezas políticas ou sociais.

*Um projeto de R\$ 30 bilhões* dá o tom orçamentário da obra e o início da reportagem narra explosões de blocos de migmatito, poeira, escavadeiras recolhendo pedras e caçambas levando-as embora. A construção sendo realizada 24 horas por dia. Segundo a reportagem, a usina produzirá 11.233 megawatts quando estiver em operação máxima, precisamente nos meses de fevereiro a maio, período em que o Xingu atinge sua vazão máxima. Nos outros meses algumas turbinas serão desligadas. A casa de força principal ficará na vila de Belo Monte do

Pontal e a barragem do outro lado da Volta Grande. Suas turbinas estão sendo instaladas e, em 2013, fazia-se previsão de funcionamento para fevereiro de 2015. Depoimentos coletados falam da antecipação de prazos para operação da usina, visto que algumas etapas já estavam sendo vencidas.

*Problemas de comunicação* aborda o contexto dos trabalhadores da usina. Eles são 25 mil funcionários de diversos estados brasileiros, atraídos pela promessa de emprego no setor da construção. A reportagem cita casos de alguns que chegam e logo vão embora, outros se mantêm no emprego, embora com um salário menor se comparado com outros projetos da mesma natureza. O sindicato desses trabalhadores não permite uma jornada maior que 54 horas semanais, fato que impossibilita um salário melhor. A maioria dos trabalhadores não são de Altamira. Metade é casado, mas somente 40% deles estão morando com a família. O restante se comunica com os parentes por telefone, contudo apenas há sinal de uma operadora telefônica no local dos alojamentos. A reportagem apresenta dados de uma pesquisa indicando que 50% dos funcionários da usina pretendem ir embora da cidade quando as obras forem concluídas. Os alojamentos são bem estruturados, inclusive com ar-condicionado, tevê, academia etc. Apenas quatro pessoas dividem o mesmo dormitório. A manutenção dos ambientes é bem avaliada, mas a comida diverge opiniões. Ao longo da construção da hidrelétrica houve muitos entraves, como greves de trabalhadores, paralizações sob mando judicial, protestos de índios. Todos deram sua parcela para o atraso da construção, sendo que há sanções ao consórcio por descumprimento contratual na entrega da obra.

*Piauí x EUA* põe em destaque a estrutura colossal da obra. Narra a vitória do consórcio de Piauí sobre o grupo americano e relembra a reação do diretor da Norte Energia quando foi bem sucedido no leilão de licitação. A reportagem faz comparações com grandes obras já realizadas no Brasil e no mundo para fazer perceber a dimensão do empreendimento, construindo a imagem de uma obra de proporções gigantescas, colossais, faraônicas.

*Arroz de avião* narra um episódio curioso sobre a complicada logística da obra. Destaca que, certa vez foi necessário fretar dois aviões a custo de 80 mil para ir à cidade de Belém exclusivamente para buscar toneladas de arroz e outros gêneros para alimentar os trabalhadores, pois em determinados períodos do ano a rodovia Transamazônica fica intransitável. Conta-se que os alimentos enviados de avião foram consumidos pelos trabalhadores em apenas três dias. Por isso, muitas obras paralelas foram construídas para dar logística à Belo Monte. Se essa infraestrutura já tivesse sido construída a obra teria uma economia de R\$ 200 milhões, mas de acordo com engenheiros, tudo está dentro do cronograma.

*Caminho das pedras* apresenta a descoberta do migmatito como uma alternativa para a economia de recursos na obra, de economia de tempo na construção e de alteração do projeto original. A rocha possibilita que as águas avancem para o reservatório com uma velocidade menor, mas para compensar a perda de velocidade, o cano que a água cairá para gerar energia elétrica foi alargado, pois segundo depoimento contido na reportagem, o balanço entre despesa e receita deve ser sempre positivo à economia da obra. Nesta parte ainda é tematizado o valor do *megawatt* para cobrir custos e gerar lucro, bem como a rigorosa necessidade de cumprir prazos para funcionamento da hidrelétrica, evitando prejuízos e multas.

*Contas duvidosas* põe em destaque contrastes na concessão da licitação à Norte Energia. O primeiro ponto que a reportagem destaca é que a empresa venceu a licitação oferecendo um desconto no valor de 6% a menos que o valor determinado pelo governo. Na época o mercado questionou que o valor não cobriria o custo e seria impossível de recuperar. Meses depois, a decisão da Eletrobrás de firmar um contrato com a Norte Energia, comprando o excedente produzido pela empresa no valor de R\$ 130,00 o MWh (valor superior ao mercado), reforçou a dúvida inicial, afinal, segundo a reportagem o contrato foi um auxílio da Eletrobrás à Norte Energia. O segundo ponto é que, de acordo com depoimentos de especialistas citados, Belo Monte vai dar despesas aos contribuintes. Até o momento em que a reportagem foi divulgada, não se podia afirmar quanto a usina conseguiria produzir em eletricidade, sendo que o contrato estipula pelo menos 4.571 MW por ano, sobretudo, atendendo as orientações do Ibama de manutenção de vazão mínima, em determinados períodos do ano, para manter a saúde de todo o ecossistema da Volta Grande. Belo Monte será uma opção para geração de energia quando outras produtoras operarem sob restrições, evitando o acionamento das usinas térmicas e o colapso do sistema energético. Embora sendo implantada uma hidrelétrica na região, Altamira ainda sofre com quedas e interrupções no fornecimento de energia, causando prejuízos a população, devido ao aumento do consumo e sucateamento do setor que distribui a energia a população. Contrastes de um empreendimento.

A segunda seção, ***Ambiente***, possui cinco subtemas, sendo intitulados, respectivamente: *A volta grande do Xingu*, *Catarata de problemas*, *Madeira desperdiçada*, *Peixes e chips* e *Experimento de risco*. No conjunto, essa parte consolida o discurso de que os interesses políticos e sociais se sobrepõem aos ambientais.

*A volta grande do Xingu* inicia a seção *Ambiente* destacando o fim de semana de dois índios juruna. Um liga o gerador de energia se preparando para o programa de domingo com futebol e cerveja, enquanto que o outro se prepara para a pescaria dos cobiçados peixes ornamentais do Xingu. Boi-de-bota, acari-zebra, amarelinho, bola-azul, onça e aba-laranja são

peixes valiosos, contudo, de acordo com a reportagem, várias espécies dependem das cheias e vazões para se alimentar e reproduzir e, com a construção da barragem, isso será prejudicado. Além da vazão e cheia, a transparência das águas, a profundidade delas, a vegetação do rio, suas pedras e corredeiras auxiliam a manutenção das espécies. A reportagem dá destaque ao estudo de geólogos que tentam compreender por que o rio Xingu faz uma curva abrupta para o leste e depois retoma seu curso rumo ao norte. Os pesquisadores defendem a teoria de que o migmatito tenha sofrido uma elevação forçando o rio a fazer esse percurso para contornar e desviar da rocha. A intenção de todos esses destaques é ressaltar que o meio ambiente será alterado com a construção da hidrelétrica e será controlado pela abertura ou não das comportas de produção de energia em períodos diferentes.

*Catarata de problemas* expõe impactos da obra. Tematiza primeiramente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo a reportagem, o estudo é um dos mais completos já realizados em uma obra dessa natureza no Brasil e demorou 4 anos para ser concluído, porém as obras que reparam esses impactos não foram concluídas, algumas nem tinham saído do papel em 2013. Os índios reclamam que não foram suficientemente consultados. O governo expõe em número os resultados dessas consultas públicas, seminários, encontros e quantidade de pessoas envolvidas nessas audiências realizadas. O EIA contempla impactos sociais e ambientais, mas se o consórcio não cumprir o que foi determinado pelos estudos não terá licença para começar a operar. Porém, no Ibama se ouve que se as obras de saneamento alcançarem 50% já poderá ser considerado satisfatório. Ao que parece, não se quer que os sócios empreendedores do consórcio tenham prejuízos.

Em *Madeira desperdiçada* pode-se identificar na reportagem a denúncia quanto a extração ilegal de madeira na região de construção da usina de Belo Monte. Os pátios das obras são descritos com pilhas gigantescas e muitas toras. Questiona-se a origem das árvores e há o relato de que a obra não vai devastar uma floresta inteiramente virgem, pois a mata ciliar ao lugar em que será construída a usina já foi devastada para prática de agricultura e pecuária depois da abertura da Transamazônica. A estimativa é que foram derrubadas três milhões de árvores e que esse número seria expressivo para influenciar no próprio mercado. A orientação é de que a obra consuma apenas madeira do próprio desmatamento para concretar as estruturas das casas de força e vertedouros. Contudo, os números do desmatamento ilegal apontam para a retirada de árvores de unidades de conservação indígenas em áreas próximas a Belo Monte. Dados da Ong Imazon mostram que o estado do Pará lidera o desmatamento na temporada



2012-2013, com aumento da exploração madeireira em municípios próximos às áreas de construção da hidrelétrica.

Em *Peixes e chips* apresentam-se as ações do Projeto Básico Ambiental (PBA) desenvolvido para estudar a flora e a fauna da Volta Grande do rio Xingu. Fala-se que o projeto abrange o meio físico e biótico do ecossistema em que será implantada Belo Monte. O estudo vai monitorar as transformações nos habitats a cada seis meses nas áreas que foram previamente demarcadas, sendo que os peixes serão monitorados com biotelemetria, chips implantados para registrar o fluxo de migração das espécies. Também há investimento na criação e reprodução de peixes ornamentais em cativeiro como alternativa para recompor a renda dos ribeirinhos. A reportagem traz o depoimento do engenheiro responsável pelo projeto e destaca o cenário incerto sobre a vida naquele ecossistema.

*Experimento de risco* aborda o perigo de que Belo Monte possa ser um grande fracasso. Além disso, cita outro empreendimento na região: a Belo Sun, que pretende ser a maior mina de ouro do Brasil, ansiando processar 94 milhões de toneladas do minério na Volta Grande a partir de 2016. A reportagem denuncia que os estudos sobre a mina não foram realizados de forma satisfatória e que as pesquisas sobre o impacto da hidrelétrica não levaram em consideração as atividades de mineração de Belo Sun. O Ministério Público já planeja entrar com uma representação contra a mineradora, com o apoio de Ongs e comunidades indígenas. Embora novos processos sejam impetrados contra a instalação da empresa, ela já possui licença do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Pará para funcionar em caráter provisório, fazendo com que a reportagem conclua que o importante seja, de fato, os recursos e investimentos adquiridos para a geração de empregos ainda que provisórios, pois a sensação de bem-estar social é mais oportuna para exibição no horário político, mesmo se for preciso sacrificar o meio ambiente inteiro.

A seção três, *Sociedade*, é constituída por seis partes, respectivamente intituladas: *Altamira invadida*, *Promessa e dívida*, *Armas brancas*, *Avanços e atrasos*, *Desenraizados* e *A conversão de Lula*. No sentido mais amplo da reportagem, o discurso produzido por *Sociedade* dá ênfase a uma sociedade estratificada, vítima dos interesses de grupos sociais hegemônicos.

A subseção *Altamira invadida* inicia registrando o costume dos trabalhadores de ocupar a orla da cidade em busca de diversão, sendo o espaço palco de brigas costumeiras, tanto de homens quanto de mulheres. Faz-se alusão às marcas que o empreendimento deixa na cidade. De um lado, o desenvolvimento do comércio e do outro, o sonho frustrado de riqueza invocado pela expressão “corrida do ouro”. O caos, a falta de estrutura e planejamento, bem como o aumento populacional desordenado também recebe destaque. O texto aborda a arrecadação de

impostos com a obra, identificando os municípios que ganham com a construção de Belo Monte. Além disso, apresenta dados de uma pesquisa realizada com moradores sobre os impactos sociais da obra, sendo abordados geração de empregos, cumprimento de investimentos sociais, legado, aprovação e/ou reprovação do empreendimento segundo moradores.

*Promessa e dívida* ressalta a obrigação social previamente estabelecida à Norte Energia para que a empresa obtivesse licença para operação da usina. O empreendimento é apontado como o que possui o maior projeto socioambiental do mundo e o mais detalhado da história das hidrelétricas no Brasil, porém, muitas obras estão atrasadas ou ainda não foram cumpridas, causando prejuízos à população, sobretudo com o aumento de doenças, falta de atendimento e atenção à saúde. A reportagem mostra representantes da administração pública municipal e da empresa Norte Energia, isentando-se de responsabilidades e atribuindo culpa uns aos outros pelos deveres não cumpridos.

*Armas brancas* narra a operação policial em um bairro pobre de Altamira, localizado próximo às margens alagadas e conhecido como “baixões da cidade”. A investida da polícia prende um homem que usava *crack* e tinha duas facas consigo. O episódio serve de contexto para se falar sobre o aumento da violência (roubos, furtos, mortes), chegada de quadrilhas, elevação do número de mortos em acidentes de trânsito e de prisões.

Em *Avanços e atrasos* focalizam-se mudanças sociais relativas a troca de profissões, aumento no valor salarial, no consumo, no preço de alimentos e no custo de vida, constituição e surgimento de uma nova classe média. Os atrasos são relativos à entrega de obras como instalação de redes de água, esgoto e moradia (saneamento básico) aos desalojados.

*Desenraizados* apresenta o drama dos moradores atingidos pela obra, com destaque aos que foram indenizados de forma justa e injusta, aos que ainda não foram indenizados, aos que brigam na justiça por equidade nas indenizações, desapropriações, uso da força, desmandos e desrespeitos, direitos cerceados, atrasos no reassentamento das famílias e até extinção de profissões.

*A conversão de Lula* apresenta inicialmente o depoimento de um sacerdote que se diz decepcionado com o acordo feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a obra seria realizada em benefício de todos e que, segundo o religioso, isto não está acontecendo. Por outro lado, a reportagem mostra o contraste de posicionamento entre ONGs e outros setores, provocando rupturas na opinião pública quanto à obra e, também, discursos que apresentam Belo Monte como preocupação e redenção de um povo.

A seção quatro, *Povos indígenas*, é formada por oito tópicos e são intitulados, respectivamente: *Índio não quer mesada*, *A briga dos caiapós*, *Dívida impagável*, *Lista de compras*, *Um rio de porcos*, *Quem é índio?*, *Tribo urbana* e *Declaração de independência*. Ao que parece, a reportagem constrói no sentido mais amplo, o discurso do índio como o retrato fatídico da aceitação, invertendo, às vezes, o papel do oprimido e do opressor.

Em *Índio não quer mesada*, começa-se a traçar o dilema sofrido pelos índios quanto à implantação de Belo Monte. Inicia-se falando que não é preciso deixar a cidade de Altamira para que se constate a questão indígena como questão arrolada na construção da hidrelétrica. A descrição das instalações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) realizada no trecho de abertura do texto focaliza o *stress* sofrido pela repartição pública. Em seguida, a reportagem destaca o *campus* da Universidade Federal do Pará sob ocupação indígena, registrando também a vinda desses povos à cidade para comprar mantimentos, vender artesanato e receber o salário-maternidade, ressaltando que algumas aldeias não foram incluídas na área de impacto direto da obra, fato que exclui muitos índios de ter acesso assistencial pela empresa.

*Briga dos caiapós* fala sobre a ofensiva liderada pelos caiapós em ocupações que forçaram a paralização das obras contra o governo federal, na tentativa de reverter o plano de construção de outras cinco hidrelétricas em outros afluentes do Amazonas. A reportagem faz menção ao fato de que os índios não se convenceram do recuo do governo quanto aos novos projetos. Por isso, representantes dos índios ameaçam guerrear contra o governo, caso persistam os outros projetos. Também há destaque para ruptura entre os grupos indígenas. As cisões acontecem entre caiapós e outros, pois alguns desses se tornaram clientes das empresas que constroem Belo Monte, recebendo, inclusive, doações no valor de trinta mil em mercadorias. O rompimento com o governo está presente na fala de um índio que foi entrevistado. Além disso, há o temor pela saúde do rio.

Em *Dívida impagável*, o tom da reportagem é de que os índios pedem sempre mais e que as empresas nada têm de sovina. Há depoimentos que acusam índios de serem comprados e de que eles não se vendem. Diante do exposto, também se registra a descoberta da identidade política do índio, fazendo-se representar juridicamente para lutar por direitos. Entrevistados ressaltam que há menos índios em áreas indígenas e mais brancos ocupando esses espaços; revelam que muitos índios foram para as cidades e que o plano de assistência aos índios com casas e bens também causou impactos sociais a esses povos, afinal o plano de compensação não obteve sucesso; constrói também o discurso de que a empresa faz a sua parte, mas os índios exigem coisas que estão fora de cogitação. Em síntese, a empresa dá o que quer, tendo os índios que aceitar. Esse é o foco da reportagem.

*Lista de compras* põe em destaque algumas práticas que surgiram com a mesada do Plano Emergencial (doações de dinheiro aos índios). Afirma que o plano estimulou a proliferação de aldeias e fez surgir as chamadas “listas de compras” solicitadas pelos índios. Depoimentos colhidos em entrevistas revelam que depois dessas listas a Funai teve mais sossego para desenvolver seus trabalhos. A situação se complicou quando apareceram relatos de índios isolados na região e problemas quanto às plantações, pois as roças começaram a desaparecer por conta das mudanças de hábitos alimentares, resultando em desnutrição. Para resolver tais questões, a reportagem cita a implantação do programa de melhoramento das aldeias que, sob o gerenciamento de uma empresa contratada, construirá obras civis na região, contando com um grupo de antropólogos para estudar os impactos sobre os povos indígenas. Na reportagem há depoimentos que classificam como trágica a forma que o projeto foi executado, assegurando que a Norte Energia e a Funai não têm competência para realização do projeto, apenas dinheiro.

*Um rio de porcos* narra, inicialmente, o cotidiano da aldeia Paratati. Mulheres lavam roupas à beira do rio, crianças sobem em árvores para pular no Xingu e ali perto caimitus estão sendo moqueados (preparados para consumo, segundo cultura indígena). Um ribeirinho que acompanha a equipe de reportagem torna-se foco, relatando que teve sua casa queimada por grileiros. De acordo com a reportagem, ele foi um dos que lutaram pela criação da reserva extrativista Rio Xingu, inclusive indo discursar em Brasília ao lado de Lula no dia do meio ambiente. O homem se queixa, com amargor, de que os moradores da reserva não foram incluídos no plano de atingidos da hidrelétrica, mesmo sofrendo os mesmos impactos que os índios. As obras públicas do lugar que ele mora foram construídas com recursos obtidos de outras fontes, não havendo direitos adquiridos por conta da construção de Belo Monte.

*Quem é índio?* começa fazendo um comparativo entre as aldeias araueté Paratati e a aldeia juruna Muratu. De acordo com a reportagem, a segunda poderia ser confundida com uma comunidade de ribeirinhos. Em Muratu, pode-se chegar de carro devido às estradas asfaltadas pela Norte Energia. A narrativa cita várias obras construídas pelo Plano Emergencial financiado pela construtora, incluindo escola de alvenaria. A reportagem registra o depoimento do cacique, que reclama da lentidão no processo de aumentar as terras indígenas e também do corte da verba do Plano Emergencial da empresa, fato que obrigou os índios a retomar o plantio das roças e investir em uma casa de farinha. O chefe da tribo reclama também do preconceito que sofrem por não se parecerem com índios.

*Tribo urbana* aborda as ações de descendentes indígenas, moradores da zona urbana, que se valem da genealogia para comprovar parentesco e alcançar o direito de conseguir casa

própria, indenização em dinheiro ou carta de crédito junto à Norte Energia. Destaca também a criação de empresas responsáveis pelo acompanhamento da identificação de genealogias e de fazer o reassentamento dos indígenas urbanos, separando índios de não índios.

Por fim, *Declaração de independência* põe em pauta o interesse por recursos financeiros para subsidiar projetos. A reportagem ilustra os recursos em milhões, dando destaque ao último projeto aprovado: a construção de uma casa de apoio aos índios em Castelo dos Sonhos, distrito afastado de Altamira; e termina dando notoriedade a uma citação escrita no retrato de Abraham Lincoln exposto no auditório da Associação comercial no qual se lê: “não poderás ajudar aos homens de maneira permanente se fizeres por eles aquilo que eles podem e devem fazer por si próprios”. De acordo com o texto da reportagem, a frase parece caracterizar a relação entre índios e não índios em Belo Monte.

A quinta seção, *História*, é constituída por cinco subtítulos, sendo intitulados respectivamente: *Quatro décadas de luta*, *Cotas e quedas*, *A novidade da ecologia*, *Recuo estratégico* e *Declaração de guerra*. Há também um tópico denominado *Cronologia* no final da reportagem, porém, embora relacionado à história da usina, esta parte não se constitui um texto da própria reportagem, mas uma seção em que se faz um panorama de todas as reportagens publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* sobre a usina de Belo Monte. Então, por não se constituir um texto específico da reportagem analisada, os sentidos que cronologia possa construir não serão contempladas na análise deste trabalho. No plano geral, o capítulo corrobora com o discurso que alia o direito de decisão a quem detém os bens de produção.

*Quatro décadas de luta* inicia as subseções revelando o dialogo casual entre o engenheiro canadense John Dennis Cadman e um balseiro anônimo resultou na construção do projeto da usina de Belo Monte. O acaso da conversa vai sendo destacado na reportagem ao passo que constrói a narrativa inicial que justifica a pesquisa sobre o potencial energético do rio Xingu, falando sobre sua largura, seu arco para leste, sua retomada rumo ao norte, bastando saber se haveria o desnível necessário para a produção de energia, necessário ao projeto.

Em *Cotas e quedas* narra-se o contexto informal em que um engenheiro, pesquisador-empírico, colhe pistas sobre um provável lugar de implantação de um projeto hidrelétrico. Essa subseção da reportagem reconstrói os passos de Cadman narrando sua chegada a Altamira, sua coleta empírica de dados sobre o desnível do rio em relação ao nível do mar, cita a viagem do engenheiro pela Transamazônica, percorrendo 50 km de Altamira a Belo Monte do Pontal, sua conversa com o balseiro nos idos de 1972 etc. A reportagem destaca o início dos estudos sobre o potencial energético da obra no ano de 1975. Ressalta o *lobby* dos setores empreiteiros e elétricos e os problemas técnicos e políticos que surgiram sobre a descoberta. O problema

técnico é identificado em razão de que o local escolhido para a construção da usina não possuía a estabilidade necessária e encarecia a obra; o político, porque alagava a floresta em excesso, gerando oposição dos índios, dos setores ambientais e de especialistas em energia. De acordo com o texto, o segundo obstáculo foi mais simples de ser superado.

*A novidade da ecologia* põe em discussão a viabilidade da construção e o problema do ambientalismo. Faz uma alusão às construções de obras na Amazônia ao estilo da ditadura, ressaltando também os entraves que o discurso ecológico causou aos estudos de Belo Monte. A usina era uma alternativa à energia nuclear, mas era necessário resolver a questão indígena. A reportagem cita o esforço de três engenheiros da Eletronorte que, em primeira alternativa, sugerem a construção da barragem de Kararaô antes da boca do Bacajá para preservar o rio dos xicrins e também não inundar a terra dos jurunas, diminuindo o impacto do alagamento sobre a Volta grande. Contudo, a solução não adiantou. A reportagem destaca que o empreendimento construiu a imagem do poderoso Estado contra os indefesos índios, atraindo os olhares do mundo. Referências históricas são retomadas ao longo do texto, como por exemplo o primeiro Encontro de Povos da Floresta realizado em Altamira no ano de 1989, ocasião em que a índia Tuíra puxou um terçado e encostou a arma no rosto do engenheiro Muniz, que palestrava no evento se posicionando em favor da implantação da hidrelétrica. Ressalta-se a maciça presença de jornalistas, entidades, Ongs e de povos indígenas no evento. A imagem da índia empunhando o facão no rosto do engenheiro teve repercussões internacionais, minando a aceitação do projeto. Daquele momento em diante, houve uma pausa nos estudos sobre a implantação da usina, por conta de que a estrutura de concreto que desviaria o curso do rio era muito cara e ficaria sem função. Segundo a reportagem, era necessário forjar nova solução, sendo esta mais barata e ecologicamente aceitável. Então em 1992, Cadman é designado para um seminário ambiental no Rio de Janeiro e observa que em uma apresentação de *slides* que lhe é enviada pela equipe da Eletronorte há uma solução: um canal localizado em outro lugar, de rochas firmes e estáveis, sem alagar áreas indígenas. Encontrava-se a saída perfeita para o problema: Kararaô dava lugar a Belo Monte.

*Recuo estratégico* destaca que a alternativa dos canais passou a ser vista como a única medida capaz de destravar a usina e isso foi o que aconteceu. Cadman se reúne com Muniz aprimorando e aprofundando os estudos que ainda eram muito dispendiosos ao orçamento. O fator financeiro impossibilitava o empreendimento, mas o apagão de 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso deu ao projeto novo incentivo. A eleição de Lula em 2002 e a nomeação de Dilma Rousseff como ministra de Minas e Energia viabilizou a obra. A reportagem cita uma reunião realizada em 2006 no Palácio do Planalto com representantes do

meio ambiente, setor de barragens etc. que decidiu pela construção da hidrelétrica. Em 2008, ao tentar expor as vantagens do novo projeto em uma audiência pública, o engenheiro Paulo Resende foi atingido por um golpe de terçado no braço. Mesmo com esse episódio, o ano de 2008 marca a autorização da obra por parte do governo sob a condição de que seria construída apenas uma usina hidrelétrica no rio Xingu e não cinco conforme estava previsto. De acordo com o texto jornalístico, o projeto começou a receber críticas devido ao baixo fator de geração de energia e nem a adesão de celebridades contra a causa foi possível rever a decisão. Em 2010 foi realizado o leilão de concessão, tendo como empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez. A primeira acabou desistindo sob alegação de que a tarifa aceita pelo governo era insuficiente para cobrir os custos. A outra persistiu e ganhou a licitação.

Finalmente, *Declaração de guerra* apresenta o desfecho para a consumação de Belo Monte. A formação de um consórcio liderado pela estatal Chest com participação de construtoras pequenas e médias e outro capitaneado pela Andrade Gutierrez. O consórcio da Chest venceu a licitação, oferecendo desconto de 6%, contra 4% da Gutierrez, sobre o preço máximo determinado pelo Governo Federal.

#### **DISCURSO E RELAÇÕES DE PODER ASSIMÉTRICAS NA ANÁLISE DA REPORTAGEM A BATALHA DE BELO MONTE**

Para tornar um pouco mais compreensível esta análise, optou-se por organizar os dados dispondo-os em uma tabela elaborada com as seguintes seções: **discurso** (identifica-se o discurso que a reportagem constrói); **Capítulo** (registra-se o número e o nome do capítulo a ser analisado); **ord.** (é responsável por indicar a **ordem** da subseção que será analisada); **subseções** (identifica o título da subseção em que os dados foram coletados); **palavras e/ou expressões** (está dividida em dois tópicos: **se questiona** e **se corrobora**. Em cada uma dessas divisões será possível identificar/escrever palavras e/ou expressões que questionam ou corroboram com o **discurso** identificado para análise que foi escrito na primeira linha da tabela. Cada uma das subseções exigirá a identificação/menção desses elementos. Quando apenas uma palavra for suficiente para construir um sentido, apenas ela será coletada da reportagem, porém, quando isso não for possível, coletar-se-á o maior número de termos possíveis, formando uma expressão mais significativa para ser analisada); **exemplo: discurso/enunciado** (neste espaço será registrado um trecho que corrobora ou questiona o discurso que está identificado. Selecionou-se um trecho em que é possível identificar ambos). Todas essas categorias, em conjunto, servirão de base para coleta e geração de dados para serem posteriormente analisados.

O trabalho de geração de dados pautou-se na leitura cuidadosa da reportagem, suas seções e subseções. O objetivo era identificar pelo menos um aspecto social da linguagem jornalística que poderia construir o sentido de questionar e de corroborar para o discurso identificado no quadro, pois a partir das duas situações, tornar-se-iam mais amplas as reflexões sobre o objeto de estudo deste trabalho: a análise dos aspectos sociais do *discurso e relações de poder assimétricas* nos aspectos sociais da linguagem jornalística. Depois de realizados todos os procedimentos descritos, apresenta-se ao leitor a análise dos dados.

## ENTRE ALTOS E BAIXOS

O relato inicial das explosões registrado no primeiro capítulo, *Obra*, dá o tom das construções em Belo Monte. As atividades continuam, mesmo depois de terem registrado, por várias vezes, momentos de interrupção, seja por conta de ações na justiça, greves dos trabalhadores ou ocupações indígenas. Nesse capítulo será analisada a primeira seção.

Em *Um projeto de R\$ 30 bilhões*<sup>5</sup> identifica-se uma parcela maior de palavras e/ou expressões que corroboram com o sentido do discurso apontado no quadro, isto é, para manutenção do lucro acima de quaisquer relações de natureza política, social ou ecológica. Convém destacar que neste caso específico, as práticas sociais da linguagem jornalística apontam para a preservação do discurso capitalista. Se tomarmos apenas o enunciado discursivo coletado da reportagem para analisar, é absolutamente perceptível que a argumentação jornalística gasta mais de sua persuasão ampliando elementos que prolongam, de forma positiva, o discurso dominante. Os dados estão apresentados na tabela a seguir:

**Quadro 1: Em defesa do discurso capitalista de degradação ecológica para geração de lucro**

Discurso: i) o discurso de uma obra colossal que deve cumprir prazos para a geração de lucro, independentemente de entraves de naturezas políticas, sociais ou ecológicos.				
Capítulo 1: Obra				
Ord	Subseções	Palavras e/ou Expressões		Exemplo: Discurso/Enunciado
		Se questiona ↑	Se Corrobora ↓	
1ª.	<i>Um projeto de R\$ 30 bilhões</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1)	e também uma das mais controversas; se pudesse funcionar a toda carga o ano inteiro; mas isso só tem chance de ocorrer em quatro meses do ano; só poderá ser alcançado entre fevereiro e maio; nos outros meses as turbinas	explosão; arranca; que já foi a morada de árvores centenárias; resta uma montanha de fragmentos; à meia noite, nem um pedregulho estará mais ali; cinco levantamentos; em menos de três minutos; encham uma carreta com 32 toneladas de pedras; sai um caminhão encosta outro; em 20 minutos, partem 18 caçambas cheias; não há um segundo de descanso; ritmo frenético; homens e	“O ritmo frenético de homens e máquinas marca a construção de um canal de 20 km de comprimento, para dar passagem aos 14 milhões de litros de água por segundo desviados do rio Xingu – vazão quase 530 vezes maior que a do canal principal de transposição do São

<sup>5</sup> A subseção e a reportagem completa pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/?cmpid=menulate>.



		serão progressivamente desligadas; entre altos e baixos, espera-se; mas isso vai atrasar uns três meses. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1)	máquinas marca a construção; vazão quase 530 vezes maior que o canal principal de transposição do São Francisco; terceira maior hidrelétrica do mundo; para iluminar as casas de pelo menos 18 milhões de pessoas e ficar atrás só da hidrelétrica chinesa Três Gargantas e da uruguaio-brasileira Itaipú; o Brasil precisa acrescentar 6.350 MW anuais; carga [...] de que o país vai precisar; para começar a gerar tudo tem de estar concluído; precisa começar a produzir energia em fevereiro de 2015; nada pode atrasar; antecipar a montagem das turbinas principais; todas estejam em operação antes do prazo contratual; domar as águas dos igarapés; completar, ainda em dezembro, a ensacadeira; fervilha 24 horas por dia. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1)	Francisco – que vão movimentar as turbinas da terceira maior hidrelétrica do mundo, e <b>também uma das mais controversas: Belo Monte, da empresa Norte Energia</b> ” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1)
--	--	---	---	--

Fonte: Criação do autor.

No trecho, “*O ritmo frenético de homens e máquinas marca a construção de um canal de 20 km de comprimento, para dar passagem aos 14 milhões de litros de água por segundo desviados do rio Xingu – vazão quase 530 vezes maior que a do canal principal de transposição do São Francisco – que vão movimentar as turbinas da terceira maior hidrelétrica do mundo, e também uma das mais controversas: Belo Monte, da empresa Norte Energia*”<sup>6</sup> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1); é possível identificar que as expressões “*ritmo frenético; homens e máquinas marca a construção; vazão quase 530 vezes maior que o canal principal de transposição do São Francisco; terceira maior hidrelétrica do mundo*” corroboram para que o discurso colossal da obra justifique a ação capitalista de degradação ambiental para produção de energia. O que também convém notar é a extensão da frase. A maior parte se concentra em estender o argumento positivo em favor da implantação da usina. Somente a parte final do período se arrisca em expor um questionamento, ainda que de forma vaga, valendo-se da palavra “*controversas*” – um substantivo que não contextualiza nem sua própria contradição.

Mesmo que, nesta subseção do capítulo 1, haja exposição de que a obra só atingirá seu ápice de produção durante quatro meses do ano, conforme: “*Se pudesse funcionar a toda carga o ano inteiro, Belo Monte **garantiria** quase um quinto da eletricidade adicional de que o país vai precisar, mas isso só tem chance de ocorrer em quatro meses do ano*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1), ainda assim o discurso da degradação do ecossistema de Belo Monte sobressai ao de preservação ambiental.

<sup>6</sup> Todas as citações do texto da reportagem serão realizadas em itálico para serem melhor identificadas e facilitar os processos de leitura e compreensão do leitor, mesmo ultrapassando o limite de três linhas.

Embora na última citação da reportagem, possa-se dizer que os núcleos de significado das palavras e/ou expressões sejam questionadores, apontando para mudanças sociais no discurso, como se vê em: *se pudesse funcionar a toda carga o ano inteiro; mas isso só tem chance de ocorrer em quatro meses do ano*”, ainda assim, seu valor é construído com o sentido positivo. A reportagem converte relações discursivas de *possibilidade* e *condição* em fatores otimistas. Esquece-se o valor condicional da conjunção “*se*”; da incerteza provocada pelo pretérito imperfeito do subjuntivo na conjugação do verbo em “*pudesse*”; da necessidade de realização de um fato certo no passado para poder efetivá-lo no futuro, sendo esse o valor associado ao verbo “*garantiria*”, conjugado no futuro do pretérito; e também do sentido de *exclusão* construído pelo advérbio “*só*”, todos esses sentidos de linguagem são descartados para manutenção do discurso dominante. Não são somente essas palavras e/ou expressões que sofrem essa positivação no texto. Outras que identificamos no quadro como questionadoras, dentro dos contextos em que foram empregados na reportagem, possuem duplo sentido, podendo agir para mudança ou manutenção das práticas, como por exemplo: *entre altos e baixos, espera-se* no seguinte contexto: “Entre altos e baixos, espera-se que Belo Monte garanta uma média de 4.751 MW” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1).

A intenção discursiva em favor da ideologia hegemônica pode ser constatada quando, no fim da subseção, a reportagem destaca: “*de março de 2016 até janeiro de 2019, entram em linha as 18 turbinas da casa de força principal. Neste caso, nada pode atrasar. Na realidade a Norte Energia trabalha com a hipótese de antecipar a montagem das turbinas, a partir da quarta ou quinta máquina, de modo que todas estejam em operação antes do prazo*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 1). O destaque ao fato de que nada pode dar errado, tampouco atrasar; mas ser resolvido como forma de antecipar o funcionamento da usina é uma escolha consciente para se encerrar um discurso, pois nada na linguagem é por acaso quando entram em jogo relações assimétricas de poder. Na reportagem, optou-se por concluir de forma positiva.

Sendo necessário avançar ao próximo ponto da análise, convém deixar ao leitor a responsabilidade de investigar como as outras expressões identificadas no quadro corroboram ou não para a manutenção ou mudança discursiva e relações assimétricas na subseção 1 da reportagem *A batalha de Belo Monte*.

## **LONGE DE SER**

Os discursos para manutenção do poder estão sempre afinados. Precisam manter coerência, sobretudo na esfera pública, espaço social de intensa propagação de discursos na

modernidade tardia. Embora haja um consenso mundial em defesa do ecossistema, com muitos documentos assinados por vários presidentes, o fato é que quando se tem que decidir entre o capital para o *bem de todos* e o meio ambiente que *impede o progresso* em seu sentido positivista, o sentimento ecológico pode não ser a melhor das escolhas. Nesse sentido, o próximo discurso está relacionado a essa hipócrita ideia de preservação quando na verdade as práticas sociais se direcionam para outros interesses de ordens social e, sobretudo, política.

No segundo capítulo, *Ambiente*, os aspectos sociais do discurso e relações assimétricas de poder serão tencionados quando os interesses políticos e sociais se sobressaírem aos ambientais. No quadro a seguir, pode-se observar claramente que as palavras e/ou expressões que questionam estão quase que na mesma equivalência de ocorrência das que corroboram com o discurso identificado na subseção 2, contudo a relação ainda é desigual. Nesse sentido, estaria o discurso da mídia, na modernidade tardia, se posicionando contra o ambiente e em favor do capital? É o que será observado nesta prática específica de uso da linguagem, quando a mídia, ao falar sobre o ambiente, política e sociedade, pode se comprometer reforçando ou alterando algumas práticas. O quadro a seguir apresenta os dados da segunda subseção do capítulo 2:

**Quadro 2: Sobreposição dos interesses políticos e sociais sobre os ambientais**

Discurso: ii) os interesses políticos e sociais se sobrepõem aos ambientais				
Capítulo 2: Ambiente				
Ord	Subseções	Palavras e/ou Expressões		Exemplo: Discurso/Enunciado
		Se questiona ↑	Se Corrobora ↓	
2ª.	<i>Catarata de problemas</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, PAULO, 2013, p. 2)	estão longe de ser o único obstáculo; sugere uma preocupação exclusiva com o ambiente natural; mas o estudo inclui; quase todas as mazelas; e, como seria de esperar, problemático; se queixam de não terem sido suficientemente consultados; ausência de consulta adequada a todos os povos indígenas; razões alegadas; duas dezenas de ações que o Ministério Público Federal move contra Belo Monte; em relatório de vistoria em julho; “descompasso” poderá atrasar a licença de operação da usina; se ela não for concedida até dezembro, a empresa não poderá fechar a barragem de Pimental e começar a gerar energia em meados de 2015; terá prejuízo se a obra atrasar; mas não	locariídeos e seus pedrais; longe de ser o único obstáculo; o Estudo de Impacto Ambiental; aprovado em 2010 pelo Ibama; sugere uma preocupação exclusiva com o ambiente natural; inclui também todos os impactos sociais; o modo de vida dos índios; saneamento básico em Altamira; reassentamento de quem vivia em palafitas; impacto da explosão populacional nas cidades, mazelas passadas e presentes pedem solução; Projeto Básico Ambiental; famigerado PBA, ele de proporções amazônicas; dezenas de programas; duração de mais de três décadas; mais de R\$ 4 bilhões; lista de condições ambientais – estabelecida pelo Ibama; ocupa nove páginas; tem 40 itens; construção de escolas e postos de saúde; instalação de redes de água e esgoto; monitoramento da qualidade da água; um sistema de transposição de barcos; nunca um empreendedor teve de se ocupar com um programa de mitigação tão	A lista de condições – “condicionantes”, no jargão socioambiental – estabelecida pelo Ibama para dar licença de operação da usina até o final de 2014 ocupa nove páginas. Tem 40 itens, da construção de escolas e postos de saúde à instalação de redes de água e esgoto em Altamira e Vitória do Xingu, do monitoramento da qualidade de água e das populações de peixes ao detalhamento de um sistema de transposição de barcos no barramento de Pimental. Nunca na história de construção de barragens no Brasil um empreendedor teve

		divulga seus relatórios, sob alegação de sigilo comercial; no próprio Ibama; alcançar 50% de saneamento básico [...] pode ser considerado satisfatório; isso apesar de o corpo d'água que banha a cidade e recebe os dejetos [...] deixar de ser um rio corrente para se tornar um reservatório. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2)	ambicioso; índios, ribeirinhos e moradores se queixam de não terem sido suficientemente consultados; o governo federal responde dizendo que realizou 142 eventos; quatro audiências públicas; reuniram 6.000 pessoas; ninguém espera que a diretoria do Ibama dê esse passo; o consórcio Norte Energia é quase todo estatal; BNDES se tornou um sócio, contratou uma auditoria socioambiental para monitorar o cumprimento das preocupações. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2)	de se ocupar com um programa de mitigação tão ambicioso e, como seria de esperar, problemático (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2)
--	--	---	---	---

**Fonte:** Criação do autor.

*Cataratas de problemas*<sup>7</sup>, talvez por conta de sua temática, ***os problemas***, apresenta um número quase idêntico de palavras e/ou expressões questionadoras que as corroboradoras, conforme pode ser observado no quadro 2. Por conter uma abordagem que tendência para práticas de contestação discursiva e que apresenta os entraves polêmicos e pontos críticos da construção da usina de Belo Monte, os dados coletados da segunda subseção são representativos de um discurso da divergência de ideias e debate de opiniões.

O trecho selecionado para análise mostra uma contestação branda, uma controvérsia sem o aprofundamento da problemática elencada no título da subseção. Os problemas de implantação da usina de Belo Monte são citados, mas não são contestados. Para embasar essa crítica, parte-se do sentido da ação de contestar compreendido pelo significado do verbo. De acordo com o *Dicionário on-line de português*, “contestar é recusar o reconhecimento de um direito, [...] é pôr em discussão a justeza ou a veracidade de uma coisa; negar, objetar” (2016, s/p).

Na citação: “A lista de condições – “condicionantes”, no jargão socioambiental – estabelecida pelo Ibama para dar licença de operação da usina até o final de 2014 ocupa nove páginas. Tem 40 itens, da construção de escolas e postos de saúde à instalação de redes de água e esgoto em Altamira e Vitória do Xingu, do monitoramento da qualidade de água e das populações de peixes ao detalhamento de um sistema de transposição de barcos no barramento de Pimental. Nunca na história de construção de barragens no Brasil um empreendedor teve de se ocupar com um programa de mitigação tão ambicioso e, como seria de esperar, **problemático**” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2); agem como expressões corroboradoras as seguintes: *lista de condições ambientais – estabelecida pelo Ibama; ocupa nove páginas; tem 40 itens; construção de escolas e postos de saúde; instalação de redes de água e esgoto;*

<sup>7</sup> A reportagem pode ser encontrada em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-2-ambiente.html>

*monitoramento da qualidade da água; um sistema de transposição de barcos; nunca um empreendedor teve de se ocupar com um programa de mitigação tão ambicioso; e como expressões questionadoras: e, como seria de esperar, problemático.* Esta última também pode ser lida como conformadora, como se verá adiante.

Note-se que a maior parte da citação é construída em favor do discurso de que a lista de condições estabelecida pelo Ibama ocupa nove páginas, como se o fato de ocupar nove páginas implicasse por si só em garantir legitimidade ao processo de construção da barragem, já que consta no projeto e isso automaticamente já daria à construtora o direito de levar a obra adiante. A reportagem cita os 40 itens elencados pelo Ibama, fazendo uma projeção gradativa (positiva) aos benefícios sociais contemplados pelo projeto, como se a presença dos itens na lista resolvesse os problemas vividos pelos moradores de Altamira e região, problemas esses que podem ter se intensificado ainda mais a partir da construção da obra.

No último período da citação podemos identificar a ocorrência da prática jornalística de *autoconvencimento*. Ela age da seguinte maneira: a reportagem se convence do que está publicando (e se está publicado é porque é verdade), induzindo o leitor ao mesmo comportamento (o autoconvencimento). Essa prática de linguagem não é tão-somente a mera construção de um discurso que pode ser negado pela audiência, mas uma ação pela linguagem que direciona textualmente o leitor a adotar o mesmo posicionamento e agir da mesma forma que o produtor do discurso na esfera pública, ou seja, essa prática não se limita apenas ao nível do texto, sua projeção é psíquica. Sendo assim, ela extrapola a materialidade textual e alcança o plano psíquico do leitor, agindo para que ele aceite com irrevogável fatalismo novas situações da mesma natureza, por exemplo, que passe a ser mais compreensível com os problemas sociais surgidos devido a implantação de barragens.

Na passagem “*Nunca na história de construção de barragens no Brasil um empreendedor teve de se ocupar com um programa de mitigação tão ambicioso*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2) a reportagem se autoconvence de que o fato de não ter ocorrido um programa de mitigação em barragens tão criterioso/descritivo como o implantado em Belo Monte, tenha-se que se contentar com o programa que está sendo realizado, afinal, o empreendedor *nunca* teve de se ocupar com isso e, agora que tem, é natural que problemas possam ocorrer; contudo, ainda seria natural não solucioná-los, visto que a reportagem descreve vários outros? Ou seria mais uma vez a tentativa de reforçar o discurso de que *é assim, porque é assim que funciona?* Ao que fica parecendo é que a reportagem age em defesa do empreendedor e do discurso do dominante, afinal ele “nunca teve de se ocupar com um programa de mitigação tão ambicioso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2).

Não bastasse concluir dessa forma, o período ainda possui o trecho “*e, como seria de esperar, problemático*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2). A ideia de naturalização é robustecida pelo comentário expresso entre as vírgulas: “como seria de esperar”. Essa intervenção de linguagem é usada para reforçar as convicções de quem escreve o discurso. É o momento em que o enunciador faz uma avaliação sobre o conteúdo do que está sendo escrito, deixando escapar sua avaliação do problema.

Este trabalho defende que há a naturalização das práticas de aceitação do discurso capitalista, principalmente sob a perspectiva do empreendedor, encarregado de levar o progresso com a criação de empregos, mesmo que à duras penas para alguns setores da sociedade e do ambiente, afinal, conforme o Capítulo 2 da reportagem termina, “na propaganda eleitoral na TV valem mais as imagens [...] de uma Altamira livre dos urubus após a remediação do lixão, do que o futuro imponderável dos pedrais do Xingu” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 2). É esta também a concepção que os dados apontam para a reportagem.

#### **OS “BAIXÕES” DO ESTEREÓTIPO E AS ASSIMETRIAS DO PODER**

O discurso da prosperidade e do progresso sempre atraiu multidões. Em busca de emprego e de uma vida mais estabilizada, muitas pessoas saem do lugar em que estão para tentar reconstruir suas histórias. Quando se informam sobre grandes obras sendo realizadas, projetam nelas o sonho de realização pessoal, profissional e financeira. Porém, nem todas conseguem conquistar tais objetivos, pois a maior parte dos que deixam suas cidades de origem, abandonando a vida que tinham, não possuem a qualificação que o mercado requer para ocupar cargos e empregos no setor industrial ou da construção civil e acabam tendo que viver em um novo lugar, sem renda e sem perspectivas. Essa migração, por sua vez, acaba superpovoando as cidades, criando áreas urbanas sem planejamento e sem a infraestrutura adequada, difíceis de serem atendidas pelo serviço público.

Esse é o contexto que o Capítulo 3, *Sociedade*, apresenta ao longo de sua cobertura jornalística e que será discutido nesta parte. Com essa abordagem, emerge o discurso de uma sociedade estratificada, vítima do interesse de grupos sociais hegemônicos e de relações de poder assimétricas. Conforme dito anteriormente, nessa etapa, coletaremos os dados da subseção 3, os quais estão organizados no quadro adiante:

### Quadro 3: Ordem e Progresso

Discurso: iii) a imagem de uma sociedade estratificada, vítima do interesse de grupos sociais hegemônicos.				
Capítulo 3: Sociedade				
Ord	Subseções	Palavras e/ou Expressões		Exemplo: Discurso/Enunciado
		Se questiona ↑	Se Corrobora ↓	
3ª.	<i>Armas brancas</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 3)	a única delegacia conta com 17 funcionários; “Houve [também um grande aumento de furtos e roubos, numa proporção de 30% a 40%”]; ano em que começou a obra de Belo Monte; outro problema que se agrava são as mortes em acidentes de trânsito; a malha viária permaneceu a mesma; as calçadas são poucas, a poeira é muita; hoje são três ou quatro [óbitos] por mês <sup>8</sup> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 3)	a guarnição de três policiais; impõe respeito; uniformes negros, submetralhadoras e a picape Amarok; “Não saio com esta viatura e este equipamento [...] pra passear”; o grupo ruma para uma dos “baixões” da cidade, margens alagáveis dos igarapés em que se concentram as batidas policiais; PMs detêm um homem; “Já puxou nove anos [...] e saiu”; os soldados encontraram duas facas e um cachimbo de crack; decidem levar pra delegacia; os militares revistam o barraco defronte; entra e sai de policiais e repórteres; delegacia da cidade; número de detenções por lesão corporal aumentou; em 2011 [...] a polícia prendeu 22 traficantes; nos primeiros 5 meses de 2013 foram 104; o número de adolescentes apreendidos saltou de 196% nos cinco primeiros meses de 2013; da frota de veículos ter aumentado em três anos; “Antigamente havia quatro óbitos por ano” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 3)	Em 2011, ano em que começou a obra de Belo Monte, a polícia prendeu 22 traficantes. Só nos primeiros cinco meses de 2013 foram 104, a maioria por porte de crack. O número de adolescentes apreendidos saltou 196% nos cinco primeiros meses de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012.

Fonte: Criação do autor.

*Armas brancas*<sup>9</sup> acompanha e reporta uma operação policial realizada num bairro pobre de Altamira. O texto é conduzido por práticas de intimidação e têm na personalização da polícia, a representação da lei e da ordem. Esse discurso é reiterado pela subseção da reportagem mesmo sabendo que a instituição policial, historicamente, não é isenta de culpa. Assim, a narrativa descreve *práticas de intimidação policial*. Nas práticas do texto é possível identificar ideologias dominantes de que *o bandido se esconde na zona pobre*, criminalizando tanto o pobre quanto a pobreza. Se o tratamento dado aos policiais omitiu o histórico sombrio da polícia, porque deve-se expor a pobreza como fonte da criminalidade? O que se ganha com isso? Não seria esse posicionamento, uma escolha para narrar um acontecimento?

No texto dessa subseção é possível verificar, conforme quadro, que a maior parte das palavras e/ou expressões utilizadas corroboram com o discurso identificado *a priori*. Nos dois parágrafos que iniciam a narração e que descrevem a ação policial não possuem nenhuma expressão de questionamento, sendo todas positivas e corroboradoras do discurso dominante. São elas: “*a guarnição de três policiais; impõe respeito; uniformes negros, submetralhadoras*

<sup>8</sup> Algumas dessas expressões também podem contribuir para práticas corroborativas.

<sup>9</sup> O texto completo pode ser lido em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-3-sociedade.html>

e a picape Amarok; “Não saio com esta viatura e este equipamento [...] pra passear”; o grupo ruma para uma das “baixões” da cidade, margens alagáveis dos igarapés em que se concentram as batidas policiais; PMs detêm um homem; “Já puxou nove anos [...] e saiu”; os soldados encontraram duas facas e um cachimbo de crack; decidem levar pra delegacia; os militares revistam o barraco defronte; entra e sai de policiais e repórteres; delegacia da cidade”.

A investida policial nesse bairro pobre revela muito acerca das relações de poder e de forças, principalmente quanto às suas assimetrias. Para entrar na casa de poderosos a polícia sempre se vale de mandados de busca, apreensão etc. Contudo, em nenhum momento desta seção, nem do capítulo inteiro, foi citado que os policiais portavam documentos como esse para invadir a casa das pessoas. O tratamento diferenciado dado a um em relação ao outro mostra o quanto cada cidadão vale diante da lei, principalmente se a distinção for entre pobres e ricos, afinal a pobreza não é uma virtude em um país tão desigual quanto o Brasil, onde até em uma prática social quanto a narração de um acontecimento possa-se perceber as desigualdades de forma tão latente e escancarada.

A reportagem destaca o aumento da criminalidade na região devido à implantação das obras de Belo Monte. Ela atraiu muitas pessoas, mas nem todos foram para a região na intenção de trabalhar, conforme pode ser entendido nesta passagem do texto: “*Em 2011, ano em que começou a obra de Belo Monte, a polícia prendeu 22 traficantes. Só nos primeiros cinco meses de 2013 foram 104, a maioria por porte de crack. O número de adolescentes apreendidos saltou 196% nos cinco primeiros meses de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 3). A parte destacada é a única que leva uma prática de questionamento, justamente porque põe em pauta a eficiência/ineficiência de investimentos públicos que garantam mais igualdade e inclusão sociais. Outras partes que foram identificadas como questionadoras, podem também reforçar discursos dominantes e que é preciso estar atento a elas.

Vale lembrar também que, conforme discutido em outro ponto do trabalho, as obras sociais que a hidrelétrica deveria implementar não foram concluídas, contribuindo para a estratificação social e aumento da desigualdade. Nesta seção, não se verifica a cobrança, por parte da reportagem, de investigações quanto ao dinheiro que deveria ser investido nos projetos sociais financiados pela usina de Belo Monte, restando apenas ao pobre, o direito de ser questionado por sua (des)honestidade, por isso, é importante observar o discurso dominante que fica implícito tanto na atitude policial quanto nas entrelinhas da reportagem.



## OPRIMIDO OU OPRESSOR?

Ainda vai levar tempo para que o Brasil promova práticas verdadeiramente inclusivas para os povos indígenas. Tendo seus direitos ceifados desde a colonização do país, os índios estão cada dia mais desprovidos de assistências jurídicas efetivas, isto é, que funcionem de fato. Embora muitas leis tenham sido criadas para defender os interesses desses povos, demarcando seus territórios e zelando por seu bem-estar, na prática o que se percebe é o abandono que eles sofrem do Estado na garantia de seus direitos constitucionais. Os índios estão sempre lutando por garantias que não vêm. Estão sempre em guerra contra o sistema e a presença deles na mídia nacional e internacional somente reforça o embate de todos os dias.

O quarto Capítulo de *A batalha de Belo Monte, Povos indígenas*, pauta um combate com os mesmos setores, que incansavelmente, em nome do progresso do Brasil, têm construído empreendimentos em zonas que abrangem demarcações indígenas ou, quando não, utilizam os recursos naturais que passam por suas terras, interferindo em seus modos de vida e sua cultura, tendo os índios que se adaptarem aos projetos numa relação de força de cima pra baixo.

A subseção que analisaremos, *Lista de compras*<sup>10</sup>, traz à tona a imagem do índio como o retrato fatídico da aceitação, invertendo, em alguns momentos, o discurso do oprimido e do opressor. Esses povos carecem de representações em todos os setores sociais, que de certa forma, discursivizam o índio, e não somente em órgãos criados pelo Governo Federal. Delegar a construção discursiva do índio a um não-índio é impor barreiras aos seus direitos. Assim, eles ficarão sempre à mercê do discurso dominante e das práticas sociais hegemônicas, tendo que se conformar com a decisão de outros grupos, acerca de seus *habitats* e seus modos de vida.

O quadro a seguir contém os dados que foram coletados da reportagem. Eles serão analisados observando tanto o discurso sobre o índio, quanto as relações de poder assimétricas que são construídas socialmente acerca desse povo.

### Quadro 3: Relações de força

Discurso: iv) a imagem do índio como o retrato fatídico da aceitação, invertendo, às vezes, o discurso do oprimido e do opressor				
Capítulo 4: Povos indígenas				
Ord	Subseções	Palavras e/ou Expressões		Exemplo: Discurso/Enunciado
		Se questiona ↑	Se Corrobora ↓	
4ª.	<i>Lista de compras</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 4)	a mesada; além de estimular a proliferação de aldeias; agora são seis; originou as chamadas “listas de compras”; de motores de popa a iogurte; de rádios a cama box; “apareceu um	Plano Emergencial; aldeia havia duas; sossego; Frente de Proteção Etnoambiental do Médio Xingu; expedição para verificar os relatos; nas aldeias antigas [...] nas novas;	A mesada do Plano Emergencial, além de estimular a proliferação de aldeias (havia duas dos arauetés, agora são

<sup>10</sup> A reportagem completa pode ser acessada em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-4-povos-indigenas.html>

	<p>caminhão de índio”; desandou nossa estrutura; não tinha mais sossego; um caos; tudo depende da Norte Energia; complicar a situação; surgiram relatos de índios isolados na região; conta com apenas sete pessoas; está soterrada em burocracia; implicou o distanciamento de um funcionário por pelo menos uma semana; roças de mandioca começaram a desaparecer; as casas de farinha nem chegavam a ser construídas; a mudança dos hábitos alimentares; gêneros adquiridos na cidade; desnutrição aumentou; o Plano Emergencial foi suspenso; “Falei com os xicrins: vocês estão se transformando em pessoas dependentes, como cadeirantes; Foi uma reunião tensa”; enquanto não deslançava o PBA; Funai e Norte Energia não tem competência; relata ter visto fardos de arroz e feijão das listas de compras usados como degraus em barrancos de rio nas aldeias; apesar dos pesares (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 4)</p>	<p>o geólogo P.B. está no comando da tentativa de obter um armistício e pôr nos trilhos o programa de melhoramento das aldeias; mas eles entenderam, Norte Energia assumiu outras obras civis previstas no PBA indígena; pistas de pouso; saneamento; atracadouros; estradas; poços artesianos; postos de saúde; escolas; a maioria dos programas em que se desdobra o plano será gerenciada por uma empresa contratada [...] chefiado por antropólogos encarregados de estudar os impactos sobre as populações indígenas; administrador de empresas que enxerga méritos no Plano Emergencial; “A ideia era fortalecer a Funai para cuidar do impacto; [...] só dinheiro”; “o processo de Belo Monte [...] é uma mudança de águas”; ao ineditismo do PBA indígena (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 4)</p>	<p>seis), originou as chamadas “listas de compras”, que incluíam de motores de popa a iogurte, de rádios a cama box. “Apareceu um caminhão de índio”, conta Elza Xipaia, coordenadora técnica da Funai que ficou encarregada de administrar listas. “Desandou nossa estrutura, não tinha mais sossego. Hoje a Funai está aí, um caos. Tudo depende da Norte Energia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 4)</p>
--	--	--	---

**Fonte:** Criação do autor.

Embora o quadro mostre que o número de palavras e/ou expressões que corroboram e questionam o discurso dominante seja quase o mesmo, a seleção de dados para a análise desta subseção deve ser reexplicada. Com mais frequência danosa que nas subseções anteriormente analisadas, neste ponto da pesquisa foi possível identificar uma prática de *inversão de papéis sociais* entre as partes envolvidas na questão-problema: as listas de compras. A inversão de papéis sociais alterou a imagem do opressor e do oprimido, reconstruindo a imagem dos índios e do empreendedor na esfera pública, por exemplo.

Nota-se claramente que o índio pode ser identificado como um aproveitador, quiçá um chantagista dos órgãos do governo e dos empresários, para receber benefícios em dinheiro ou recursos de outra natureza sem merecê-los. Então, quase todas as expressões que foram elencadas pertencentes às práticas que questionariam o discurso dominante, na verdade, são utilizadas pela reportagem para reforçar o argumento de que os índios são exploradores. Então, para reconstruir os direitos dos índios e se posicionar em favor dos excluídos para a construção de práticas sociais menos assimétricas, optou-se por reclassificar os argumentos que corroborariam para a manutenção de relações assimétricas como direitos adquiridos pelos povos indígenas. Em síntese: os elementos que aparecem como questionadores, deveriam estar

elencados como corroboradores do discurso dominante, porém foram reconduzidos aos questionadores. Adiante o que não foi entendido pelo leitor será dissipado.

Se tomarmos por exemplo a citação retirada da reportagem, onde se lê: *“A mesada do Plano Emergencial, além de estimular a proliferação de aldeias (havia duas dos arauetés, agora são seis), originou as chamadas “listas de compras”, que incluíam de motores de popa a iogurte, de rádios a cama box. “Apareceu um caminhão de índio”, conta Elza Xipaia, coordenadora técnica da Funai que ficou encarregada de administrar listas. “Desandou nossa estrutura, não tinha mais sossego. Hoje a Funai está aí, um caos. Tudo depende da Norte Energia”*; as palavras e/ou expressões: *a mesada; além de estimular a proliferação de aldeias; agora são seis; originou as chamadas “listas de compras”; de motores de popa a iogurte; de rádios a cama box; “apareceu um caminhão de índio”; desandou nossa estrutura; não tinha mais sossego; um caos; tudo depende da Norte Energia*” não possuem um sentido positivo, porém, são construídas, ao que se denota, com o olhar preconceituoso do colonizador, que transforma sua vítima em opressor.

A dita “mesada” que os índios recebiam foi classificada como “estimuladora de proliferação de aldeias”, porque “antes havia duas” e depois passou a “seis”. Ressignificando o termo mesada, pode-se defender que os índios merecem recebê-la porque suas práticas sociais foram alteradas em razão da construção da usina, principalmente se se levar em conta os projetos implantados pela empresa como paliativos dos danos causados àquela sociedade como um todo. De acordo com o texto da reportagem, surgiu o que foi classificado por “listas de compras”, que incluíam “de motores de popa a iogurte”, “de rádios a cama box”. Todos esses objetos foram produzidos para facilitar as relações humanas e, com a alteração dos hábitos e da cultura indígena, eles deveriam ser dispensados, sendo apenas regalias aos índios?

A reportagem colhe o depoimento de uma funcionária do órgão que deveria defender os índios. Ela diz: *“Apareceu um caminhão de índios [...] Desandou nossa estrutura, não tinha mais sossego. Hoje a Funai está aí, um caos. Tudo depende da Norte Energia”*. Embora seja a fala pontual de uma funcionária, na reportagem, o depoimento é reconhecido como a declaração do órgão que deveria defender os povos indígenas, porém o que ocorre é justamente o contrário. O discurso oficial culpa os índios pelo fracasso do sistema, pois eles se “proliferaram”, inviabilizando não só a estrutura como também o próprio funcionamento do órgão.

O que dizer de tudo isso? Que houve não só uma ressignificação de práticas sociais discursiva como também uma ação de linguagem que inverte papéis sociais na intenção de defender o discurso dominante, constituindo relações de poder fundamentadas no princípio de exclusão. Se tais práticas se tornarem comuns na esfera pública, passar-se-á a perseguição de

todos aqueles que se posicionarão contra o discurso opressor e dominante. Depois da conquista de tantos direitos, não se pode, de uma hora pra outra, desvincular os papéis sociais sem se considerar o processo histórico de constituição dos sujeitos. Quando isso ocorre, opta-se pelo discurso hegemônico, opressor e dominante, no qual há, ainda, o objetivo de explorar e dominar.

## AO VENCEDOR OS LOUROS DOS LUCROS

Depois de 35 anos de investimentos em um projeto, não seria essa a primeira vez que o setor capitalista desistiria de um tão facilmente. O desfecho da reportagem *A batalha de Belo Monte* é cíclico. Ele retoma o contexto do evento que decidiu quem seria o financiador das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte: o leilão dos descontos. Pela regra, o Governo Federal estimou que o valor de R\$ 83 reais por MWh produzido, seria suficiente para cobrir todos os custos com a construção da obra e ainda gerar lucros, então venceria o leilão quem oferecesse maior desconto sobre o valor dessa tarifa.

O quinto e último capítulo, *História*, narra os acontecimentos mais relevantes para a criação do projeto de Belo Monte. Em cada um deles, havia muito desejo do empresariado pela aprovação da obra. Eles e o Governo sempre foram os maiores interessados na viabilidade da construção de Belo Monte. Nesta parte, identificaremos o discurso que alia o direito de decisão a quem detém o poder sobre os bens de produção. A subseção *Declaração de guerra*<sup>11</sup> apresenta práticas sociais de uso da linguagem que orientam para essa conclusão. Os dados podem ser observados na tabela a seguir:

**Quadro 5: leilão de descontos**

Discurso: v) o discurso que alia o direito de decisão a quem detém o poder sobre os bens de produção				
Capítulo 5: História				
Ord	Subseções	Palavras e/ou Expressões		Exemplo: Discurso/Enunciado
		Se questiona ↑	Se Corrobora ↓	
5ª.	<i>Declaração de guerra</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5)	Polêmicas, teria sido péssimo; sem concorrência; Batalha de Belo Monte; Andrade Gutierrez deu seu lance no leilão; desconto baixo; apenas 4% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5)	35 anos de estudos [...] para o governo federal conceder seu maior projeto de energia; entraram então em campo dois soldados do Planalto; representantes diretos de duas figuras fortes da República; formação de um consórcio; capitaneado pela estatal Chesf; com a participação de construtoras pequenas e médias; o consórcio paraestatal da Chesf ofereceu maior desconto; (6%); saiu	Após 35 anos de estudos e polêmicas, teria sido péssimo para o governo federal conceder seu maior projeto de energia sem concorrência. Entraram então em campo dois soldados do Planalto: Valter Cardeal e Adhemar Palocci. Eram os representantes diretos de duas figuras fortes da República: Dilma Rousseff, já ministra da Casa Civil e candidata à Presidência, e Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda, deputado federal, coordenador da campanha da futura

<sup>11</sup> A íntegra deste capítulo pode ser lido em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-5-historia.html>.

			vencedor (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5)	presidente e irmão de Adhemar (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5)
--	--	--	---	--

**Fonte:** Criação do autor.

O texto dessa subseção possui apenas dois parágrafos e encerra não só este capítulo, mas também toda a reportagem. Pode-se perceber que as palavras e/ou expressões que questionam o discurso dominante são poucas se comparadas as que corroboram. A reportagem avalia que depois de tanto tempo de estudos e polêmicas sobre a viabilidade de implantação da usina de Belo Monte, seria trágico para o Governo que o projeto não tivesse nenhuma concorrência para leilão. Foi então que entraram em cena dois representantes do Planalto, ligados a Dilma Rousseff e a Antônio Palocci. Foi o suficiente para que encontrassem, juntos, uma solução para a hidrelétrica, conforme pode ser constatado no trecho selecionado da reportagem: “Após 35 anos de estudos e polêmicas, teria sido péssimo para o governo federal conceder seu maior projeto de energia sem concorrência. Entraram então em campo dois soldados do Planalto: Valter Cardeal e Adhemar Palocci. Eram os representantes diretos de duas figuras fortes da República: Dilma Rousseff, já ministra da Casa Civil e candidata à Presidência, e Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda, deputado federal, coordenador da campanha da futura presidente e irmão de Adhemar” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5).

As respectivas expressões que corroboram para o discurso de decisão a quem detêm o poder sobre os bens de produção só reafirmam essa conclusão na reportagem, afinal, são os políticos e os empresários os que no fim, acabaram decidindo as regras do jogo e foram os grandes vencedores do leilão. As expressões que questionam o discurso hegemônico são representadas por: “*polêmicas, teria sido péssimo; sem concorrência*”, pois se elas produzissem algum resultado sobre as práticas corroboradoras, certamente o discurso de decisão não estaria ligado a quem detivesse o poder sobre os bens de produção, mas isso não ocorreu, conforme pode ser detectado no trecho citado (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 5). Ao fim, talvez a reflexão de todo o processo que a reportagem possibilita é que: uns lucrarão com os recursos financeiros advindos da venda de energia elétrica, outros lucrarão com os louros do projeto, cada um a seu modo, todos serão beneficiados e terão sua parcela de cotas sobre a obra. Uma boa ideologia? Cabe ao leitor avaliar também.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas análises sobre as práticas sociais possibilitaram o apuro do senso crítico e teórico. Na visão de autores como Chouliaraki e Fairclough (1999), são fundamentos norteadores de práticas sociais de resistência e luta contra os discursos sociais hegemônicos. Elas denunciam

relações de poder e discursos de dominação social, orientando para processos de reflexões mais profundos, sobretudo, processos e interações sociais que têm a linguagem como foco e objeto de estudo.

Para discutir essas questões, este trabalho investigou os aspectos sociais da linguagem jornalística quando, na intenção de informar sobre *conflitos na construção de barragens*, constrói discursos assimétricos e relações de poder no espaço público, trabalhando no sentido da reorganização dos espaços, representações sociais e conformação dos processos de mudança social em favor do capitalismo contemporâneo e do discurso dominante, conforme ficou explícito durante as análises. Nesse sentido, é possível afirmar que o jornalismo vem desempenhando práticas que operam em favor do Novo Capitalismo quando noticia conflitos sociais na construção de barragens, em favor da manutenção do poder de grupos dominantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COSTA, Lucas Piter Alves. A ADC Faircloughiana: concepções e reflexões. In. **Linguagem**. V.20. out. - dez. 2012. Disponível em: < <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/ensaios/003.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Contestar**. 2016. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/contestar/>>. Acesso em: 06 set. 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **A batalha de Belo Monte**: Obra. Capítulo 1. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/?cmpid=menulate>>. Acesso em 06 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Ambiente**. Capítulo 2. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-2-ambiente.html>>. Acesso em 06 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade**. Capítulo 3. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-3-sociedade.html>>. Acesso em 06 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Povos Indígenas**. Capítulo 4. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-4-povos-indigenas.html>>. Acesso em 06 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **História**. Capítulo 5. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-5-historia.html>>. Acesso em 06 set. 2016.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda C. (Org.) **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.